

Projeto do BC recebe crítica de empresários

O projeto de conversão da dívida brasileira elaborado pelo Banco Central e divulgado com exclusividade por O Estado foi bastante criticado ontem por empresários e técnicos, que participaram do seminário promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pela Associação dos Exportadores (AEB) sobre "Conversão da Dívida em Capital de Risco".

Jamil Aun, diretor da Fiesp, disse que se trata de mais uma lei formulada de cima para baixo, condenada ao fracasso, como ocorreu na Argentina. Norberto Ingo Zadrosny, presidente da AEB, afirma que a falta de flexibilidade do projeto poderá tornar inviável o único mecanismo que o País dispõe para obter novos investimentos e resolver o problema do fluxo financeiro. Também o ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, afirmou considerar as medidas restritivas, e o presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Luis Otávio da Motta Veiga, qualificou-as como regras não sadias e não liberais.

Na primeira parte do seminário, as propostas apresentadas por técnicos e empresários foram no sentido de se estabelecer regras flexíveis para a conversão dos créditos externos em capital de risco, para que o próprio mercado regule a substituição. Os empresários manifestaram-se favoráveis a uma conversão que privilegie os setores de maior interesse para o País, principalmente os voltados à exportação, garantindo aumento de receita e diminuição da dívida.

A principal proposta formulada no seminário foi a de Carlos Langoni, quase integralmente apoiada pelos empresários. Ela prevê a utiliza-

ção da conversão como mecanismo de reabilitação dos investimentos do Brasil, para evitar o sucateamento da indústria e a perda de competitividade dos produtos brasileiros no Exterior. E sugere uma regulamentação sem exigências descabidas (entrada de dinheiro novo para cada dólar convertido) ou apropriação exagerada do desconto aplicado aos títulos brasileiros no mercado secundário da dívida.

O projeto, segundo Langoni, deveria abranger também a opção pelo investimento no setor privado diretamente ou pelo mercado acionário. Para as estatais não rentáveis, propõe medidas fiscais (redução de custos e elevação de receitas), privatização ou simplesmente seu fechamento. Isto não significaria risco de desnacionalização da Economia.

A proposta prevê ainda que a conversão não deve ficar restrita aos juros da dívida, mas também incluir o principal. Na hipótese de entrada de capital de risco em cerca de US\$ 6 bilhões ao ano até 1990, dos quais metade sob a forma de conversão, o ex-presidente do BC disse que a economia brasileira teria assegurados os recursos necessários à modernização e ampliação de seu parque industrial e também ao desenvolvimento de novos projetos.

O presidente da CVM disse que o atual projeto de conversão da dívida é "pouco liberal e pouco sadio". Quanto ao projeto de Langoni, analisou apenas os dispositivos para regular os fundos de conversão, afirmando que os percentuais — 20% como limite de controle acionário para papéis preferenciais e em 5% para papéis ordinários — são um critério político idêntico ao do mercado internacional.